



FÓRUM DAS CENTRAIS SINDICAIS

Porto Alegre, 20 de julho de 2022.

Excelentíssimos

Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior

Secretário-Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Senhor Artur Lemos Junior

Ao cumprimentá-los, o Fórum das Centrais Sindicais do RS solicita, mais uma vez, a realização de reunião com o Secretário-Chefe da Casa Civil e com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Ranolfo Vieira Júnior tendo por pauta o envio urgente do Projeto de Reajuste do Salário Mínimo Regional de 2022.

O viés ideológico com que parcela do setor empresarial intransigente trata esse tema não é nenhuma surpresa. Trata-se apenas do velho discurso de que o estado não deve intervir nas relações entre capital e trabalho. Esquecem eles que, neste caso, se não houver um arbitramento do estado, milhares de trabalhadores e trabalhadoras permanecerão com seus salários congelados, diante de uma inflação galopante que corrói cotidianamente o poder de compra destes assalariados.

Em que pese todos os esforços que imprimimos em busca de uma garantia de renda básica que permitisse alguma dignidade aos trabalhadores e trabalhadoras que não possuem as condições fundamentais e necessárias para negociar reajustes salariais, obtivemos nos últimos quatro anos reajuste com índice abaixo da inflação em 2019, reajuste zero em 2020, reajuste em 2021 pela inflação e sem o pagamento do período retroativo devido.

Ainda em dezembro de 2021, tivemos o compromisso assumido pelo Governo do Estado, através da Casa Civil, que resultou em inúmeras reuniões realizadas no primeiro semestre de 2022, ocasiões em que apresentamos estudos atualizados elaborados pelo Dieese e pelo Fórum das Centrais do RS, demonstrando a triste realidade de mais de 1,5 milhão pessoas que dependem da ação efetiva do Estado.

A recente mudança tributária do ICMS não produz nenhum efeito retroativo na vida cotidiana das pessoas que esperam reajuste desde março ante a disparada dos preços do gás de cozinha, da energia elétrica, do vestuário, dos aluguéis e dos alimentos básicos que continuam sendo reajustados praticamente todos os dias.

Ainda que a essência do discurso dos governos (de qualquer linha ideológica) seja “governar para todos”, sabemos que o conjunto da gestão possui lado e que no caso do Rio Grande do Sul isso não é diferente. Contudo, é preciso que o governo tenha a sensibilidade de perceber que mais da metade da população não consome diariamente a quantidade de alimentos necessária e que 1/3 dos gaúchos estão passando fome e vivem em situação de miséria absoluta.

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS





FÓRUM DAS CENTRAIS SINDICAIS

Portanto Governador, se não dá para governar para todos, que governe para quem mais precisa e que tenha a sabedoria necessária para avaliar que uma simples cesta básica custa em média R\$ 734,28 equivalente a 65,5% do valor da primeira faixa Salário Mínimo.

Diante de todos os fatos amplamente relatados nos muitos e tantos ofícios encaminhados ao longo deste ano, reafirmamos a necessidade de que o Governo do Estado determine um índice de reajuste não inferior aos 15,58% pleiteados, lembrando que esse percentual corresponde apenas a soma de 4,5% referente ao reajuste não concedido em 2020 mais a inflação acumulada no último ano, de 10,60%. Relevante lembrar que o índice de reajuste proposto pelas Centrais sindicais não visa cobrir a totalidade das perdas do poder de compra do Salário Mínimo Regional sofridas nos últimos anos que chegam a mais 18,83% e que o pleito apresentado não agrega os aumentos de preços e a inflação deste primeiro semestre de 2022.

Neste sentido apelamos, mais uma vez, para que a comissão de dirigentes das entidades que integram o Fórum das Centrais Sindicais RS seja recebida pelo Governador do Estado e pelo Secretário-Chefe da Casa Civil para que tenhamos uma solução urgente em relação ao envio do Projeto de Reajuste do Mínimo Regional/2020 para a Assembleia Legislativa.

Ante ao todo exposto, solicitamos que o Governo do Estado tome medidas urgentes que resultem na celeridade que esta pauta requer, lembrando que o Salário Mínimo Regional é o instrumento mais eficiente de distribuição de renda, de fomento às economias locais, principalmente nos pequenos municípios.

Fraternas saudações,

Guiomar Vidor
Presidente Estadual da CTB-RS
(51) 981490302

Por delegação das entidades que integram o Fórum das Centrais Sindicais do RS
forumcentrais.rs@gmail.com

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

